

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DIÁSPORA AFRICANA NO RIO GRANDE DO SUL (1800-1819): UM ESTUDO  
SOBRE ORIGENS E PROCEDÊNCIAS AFRICANAS

DOUGLAS BANDEIRA RAMOS

PORTO ALEGRE

2021

DOUGLAS BANDEIRA RAMOS

DIÁSPORA AFRICANA NO RIO GRANDE DO SUL (1800-1819): UM ESTUDO  
SOBRE ORIGENS E PROCEDÊNCIAS AFRICANAS

Monografia apresentada ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito  
parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre

2021

DOUGLAS BANDEIRA RAMOS

DIÁSPORA AFRICANA NO RIO GRANDE DO SUL (1800-1819): UM ESTUDO  
SOBRE ORIGENS E PROCEDÊNCIAS AFRICANAS

Monografia apresentada ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito  
parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Lima Xavier (orientadora) - UFRGS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helen Osório - UFRGS

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Gabriel Santos Berute - IFRS

Porto Alegre

2021

## AGRADECIMENTOS

Nestes cinco anos (2016-2021) de graduação em História eu agradeço, inicialmente, aos meus pais, Márcio Daniel Félix Ramos e Kátia Affonso Bandeira, por terem me encorajado e não medirem esforços para que eu pudesse chegar a este momento de conclusão e à minha família como um todo por ter entendido o meu afastamento nos churrascos em que eu não pude comparecer por estar estudando para alguma prova ou trabalho.

Não menos importantes foram os momentos de cerveja, vinho ou café, antes, durante e depois das aulas com os amigos que fiz durante esta jornada. Não poderei citar todos, mas deixo aqui o meu especial abraço ao Carlos Ramos, Diego Rodrigues, Marcus Moreira e Paula Rodrigues, que estiveram comigo desde a primeira semana de aula no longínquo ano de 2016. Não posso deixar de citar, também, a minha grande amiga e namorada Débora Oliveira com quem vivi os momentos mais intensos e divertidos nessa jornada.

Agradeço à UFRGS pela importante assistência estudantil que foi fundamental no decorrer da graduação e aos professores pelas aulas e inspiração. Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Regina Célia Lima Xavier, que indicou leituras precisas para os meus objetivos e, inclusive, me emprestou livros, em um momento em que as bibliotecas estão fechadas por conta da pandemia da Covid-19. Aos professores, Gabriel Berute e Helen Osório, que prontamente aceitaram o convite para formar a banca avaliadora deste trabalho.

Por fim, agradeço aos orixás pelo axé que me fortaleceu durante todos esses anos. Alupô!

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo entender como as denominações de nação e procedência podem indicar possíveis origens de africanos e africanas escravizados no Rio Grande de São Pedro do Sul, a partir da análise dessas informações em inventários *post-mortem* para o período 1800-1819, na cidade de Porto Alegre. Inicialmente, buscou-se compreender as características do tráfico de escravos e o circuito o qual a capitania gaúcha estava inserida, bem como a importância da escravidão na região e em sua capital, para em seguida, discorrer sobre a operacionalidade do tráfico em costas africanas e as possibilidades de se buscar origens africanas, tendo como referência trabalhos importantes de autores e autoras que, a partir das nomenclaturas de nação e procedência, conseguiram refletir sobre identidade étnica e origens, no contexto escravista de Rio de Janeiro e Bahia, principalmente.

**Palavras-chave:** Procedência - Origem - Nação - Identidade étnica - Tráfico transatlântico.

## **ABSTRACT**

This course conclusion paper aims to understand how the denominations of nation and origin can indicate possible origins of Africans enslaved in Rio Grande de São Pedro do Sul, from the analysis of this information in post-mortem inventories for the 1800s -1819, in the city of Porto Alegre. Initially, we sought to understand the characteristics of the slave trade and the circuit in which the captaincy of the state was inserted, as well as the importance of slavery in the region and in its capital, and then to discuss the operation of the traffic on African coasts and the possibilities of seeking African origins, having as reference important works by authors who, based on the nomenclatures of nation and origin, were able to reflect on ethnic identity and origins, in the context of slavery in Rio de Janeiro and Bahia, mainly.

**Keywords:** Origin - Origin - Nation - Ethnic identity - Transatlantic trafficking.

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 - O RIO GRANDE DO SUL NA ROTA DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO</b>	<b>13</b>
2.1 - O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO	13
2.2 - A GEOGRAFIA AFRICANA DO TRÁFICO	15
2.3 - O FUNCIONAMENTO DO TRÁFICO EM COSTAS AFRICANAS	17
2.3.1 - Crioulização	23
2.4 - A TRAVESSIA ATLÂNTICA	25
2.5 - O TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O RIO GRANDE DO SUL E A SUA POPULAÇÃO ESCRAVA	26
2.5.1 - Escravidão em Porto Alegre	31
<b>3 - AS DENOMINAÇÕES DE NAÇÃO E PROCEDÊNCIA</b>	<b>33</b>
3.1 - ORIGENS	37
3.2 - PROCEDÊNCIAS AFRICANAS EM PORTO ALEGRE	41
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>46</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se insere no campo de estudos históricos da diáspora africana no Brasil. O termo foi usado pela primeira vez em 1965 por Shepperson George em uma conferência da UNESCO na Universidade Dar El Salaam na Tanzânia, onde historiadores de todo o mundo discutiam os rumos dos estudos africanistas<sup>1</sup>. Thamires Silva, em sua dissertação de mestrado, nos indica as discussões e reflexões a respeito deste conceito, trazendo a definição de Kim Butler.

A autora aponta que “diáspora” é o termo usado para definir conceitualmente a “dispersão de pessoas de seus lugares de origem”. Até recentemente, esse termo era ligado à dispersão judaica, embora também se discutam outras diásporas como a Armênia, a Grega e, como no caso do presente estudo, a Africana.<sup>2</sup>

Silva escreve sobre as principais problemáticas em torno do termo diáspora por conta deste ser usado para definir outras dispersões de povos diversos em contextos diferentes, como por exemplo, os judeus. Diáspora africana seria o estudo das “populações descendentes e afastadas do continente africano ou da pátria africana”<sup>3</sup>. E é neste sentido que esta pesquisa se desdobra, buscando a origem de pessoas afastadas do continente africano trazidas de forma arbitrária e violenta para o trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Neste sentido, estudar diáspora africana é tentar entender como essas populações conseguiram preservar e ressignificar sua cultura e identidade como forma de resistência, desde o contato com os europeus em África, a travessia do atlântico, o tráfico interno, o processo de adaptação e resistência nas Américas e o seu legado para gerações futuras, com foco na experiência de indivíduos africanos ou de primeira geração. Como aponta Beatriz Gallotti Mamigonian, essa busca segue em dois níveis: “um coletivo, agregado, o das relações comerciais, intercâmbios diplomáticos e culturais e das rotas do tráfico de escravos; outro individual, microscópico, que procura por pessoas, ou pequenos grupos”<sup>4</sup>. Desta forma, é com esses estudos mais coletivos que este trabalho irá dialogar, buscando elementos, também, em trajetórias de pequenos grupos, tendo como base trabalhos sobre as rotas do tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul, sendo Gabriel Berute, a principal referência.

---

<sup>1</sup> FLORVIL, Tiffany. Traçando rotas e comunidades da diáspora africana. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 265-277, 2012, p. 266.

<sup>2</sup> SILVA, Thamires Silva. *A Colônia de Sacramento na rota da diáspora africana: parentesco fictício e agência cativa nos documentos paroquiais de batismo (1732-1777)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.53. 2018.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>4</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 9, p. 35-53, 2004, p.33.



Assim, neste trabalho de conclusão foi feito um levantamento sobre as nomenclaturas ou denominações de nação e procedência de africanos escravizados em Porto Alegre no início do século XIX, especificamente de 1800 a 1819. Os dados foram compilados em uma tabela, organizada a partir das grandes regiões de embarque de cativos em África, a saber: África Ocidental, Central Atlântica e Oriental. A tabela foi construída via pesquisa feita em inventários *post-mortem* disponíveis e catalogados no projeto *Documentos da Escravidão* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), que reuniu todos os inventários para Porto Alegre entre os séculos XVIII e XIX que continham escravos arrolados. A escolha pelos inventários catalogados e disponíveis (online) no APERS ocorreu pelo fato de ser a fonte mais acessível neste momento de pandemia da Covid-19 em que arquivos não estão abertos para pesquisa.

Neste sentido, o problema de pesquisa deste trabalho é entender como as informações de nação e procedência, a partir dos inventários *post-mortem*, podem indicar possíveis origens étnicas de africanos e africanas escravizadas no Rio Grande do Sul.

Como recorte espacial escolhi Porto Alegre pois é a capital e principal núcleo urbano da capitania, em um período em que o tráfico de africanos para o Rio Grande de São Pedro do Sul crescia, assim como o crescimento econômico da cidade, que nas primeiras décadas do século XIX se consolidou como importante posto administrativo e comercial entre as províncias da capitania e, como indica Luciano Costa Gomes, no período 1780-1802 a cidade observou um grande desenvolvimento econômico, intrinsecamente relacionado ao aumento demográfico, bem como da população escrava que representava 40% do total das pessoas que viviam em Porto Alegre em 1792<sup>5</sup>.

Como recorte temporal escolhi o período 1800-1819, no início do século XIX, pois neste período o Rio Grande de São Pedro do Sul estava se consolidando economicamente, tinha sua economia ligada ao abastecimento interno da colônia, produzindo e comercializando mercadorias como charque e trigo e, sobretudo, porque a escravidão, nessa época, era tão importante como nas principais capitanias brasileiras ligadas diretamente ao tráfico transatlântico de escravos<sup>6</sup>, contrariando uma ideia difundida de que a escravidão

---

<sup>5</sup> GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.37. 2012.

<sup>6</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negroiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.24. 2006.

nessas bandas meridionais não fora relevante. O ano de 1819 foi escolhido para fechar este recorte temporal porque Grazielle Corso, em seu trabalho de conclusão de curso (2013), realiza um levantamento - não como o mesmo objetivo desta pesquisa, mas utiliza, também, os inventários *post-mortem* disponíveis no projeto *Documentos da Escravidão* do APERS - sobre as procedências africanas em Porto Alegre no período 1820-1850<sup>7</sup>.

Para resolver o problema de pesquisa proposto, este trabalho, inicialmente, no intuito de entender sobre o circuito do tráfico de escravos que o Rio Grande do Sul estava inserido, recorreu à dissertação de mestrado de Gabriel Berute<sup>8</sup>, onde o autor analisa as características do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro do Sul. Neste sentido, será abordado, também, brevemente, o comércio de escravos no Rio da Prata, tendo como referência principal o trabalho de Gabriel Aladrén<sup>9</sup>. Para tratar da importância da escravidão na capitania gaúcha e em sua capital, além de Berute, as principais referências são Luciano Costa Gomes e Helén Osório<sup>10</sup>. Em seguida, na medida em que as designações de procedência foram criadas e atribuídas aos africanos e africanas no contexto do tráfico transatlântico, este trabalho, ao discorrer sobre o tráfico e, principalmente, sobre o debate acerca de grupos de procedência e etnicidade, buscou auxílio em obras clássicas de autores como Manolo Florentino, Jaime Rodrigues, Roquinaldo Ferreira, João José Reis, Anthony John R. Russell-Wood, Maria Inês Côrtes, Mary Karasch e, sobretudo, ao livro **Os devotos da Cor**<sup>11</sup> de Mariza de Carvalho Soares, referencial teórico e metodológico desta reflexão.

João José Reis, ao discutir etnicidade a partir de irmandades negras no recôncavo baiano<sup>12</sup>, ao vincular a organização dos escravizados islamizados haussás da Bahia às suas culturas e práticas originais<sup>13</sup>, assim como Maria Inês Côrtes de Oliveira, ao discutir etnicidade a partir dos negros Mina-mahi no intuito de entender quem eram os negros da

<sup>7</sup> CORSO, Grazielle. **Tráfico ilegal de escravos e características da escravidão em Porto Alegre (1831-1850)**. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.37. 2013.

<sup>8</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

<sup>9</sup> ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2012.

<sup>10</sup> OSÓRIO, Helen. **Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial**. IN: **II Jornada de História Regional Comparada**, 2005. Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 1-16. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

<sup>11</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

<sup>12</sup> REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão**. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

<sup>13</sup> REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 68-115, 2014.

guiné<sup>14</sup>, são exemplos de autores que, a partir das informações de nação ou procedência, conseguiram refletir sobre a origem dos africanos, fornecendo, portanto, elementos para esta reflexão, que ajudaram a responder o problema de pesquisa proposto.

O tema deste trabalho de conclusão de curso foi pensado a partir de indagações pessoais que me ocorreram em exercício natural de pensar um projeto de pesquisa para o TCC em História. Tais indagações foram: Quem são e de onde vieram os africanos que foram escravizados no Rio Grande do Sul? Cheguei a essas indagações pois, como homem negro e batuqueiro, sendo o Batuque do Rio Grande do Sul a mais visível e principal herança africana deste estado, me interessei em saber sobre a ancestralidade negra gaúcha, quem eram essas pessoas, a que povos e culturas pertenciam em África e o que conseguiram preservar e ressignificar, sendo o próprio Batuque uma ressignificação de traços religiosos e culturais praticados do outro lado do Atlântico, com a inserção de tradições locais como forma de resistência. Com esta vontade e a pesquisa feita sobre o tema, cheguei ao recorte temporal e espacial já explicitado anteriormente.

Os estudos sobre o tráfico transatlântico têm importantes trabalhos para as regiões brasileiras diretamente ligadas, através de seus portos, às regiões e portos africanos que forneciam cativos para a América portuguesa, que é o caso de Rio de Janeiro, Salvador e Recife. No entanto, Beatriz Gallotti Mamigonian identifica a falta de estudos sobre o tráfico ou as rotas internas para as regiões mais ao sul do Brasil:

Menos numerosos são os trabalhos que propõem detalhar os caminhos que levavam ao interior, no centro-sul do país. A exploração das rotas terrestres, marítimas de cabotagem ou ainda fluviais, para a investigação das rotas internas do tráfico de escravos por todo o país há de ser o tema mais promissor, dentre os ainda pouco explorados nesta área. O hipotético mapa das “rotas dos escravos” no Brasil seria completo com trabalhos acerca do tráfico atlântico conduzido a partir de pontos que não fossem o Rio de Janeiro ou a Bahia, com suas respectivas rotas do tráfico interno. Por que caminhos passavam os escravos africanos encontrados nas charqueadas rio-grandenses, por exemplo?<sup>15</sup>

Esta lacuna referida por Mamigonian, encontra no trabalho de Gabriel Berute importante contribuição. Neste sentido, o presente trabalho também procura contribuir com a lacuna de estudos sobre os africanos no Rio Grande do Sul, não com foco no circuito do tráfico, mas procurando refletir sobre as origens africanas analisando o diverso universo das designações de procedência, pois, como indica Mamigonian:

O roteiro da investigação histórica da experiência africana no Brasil, tendo passado pelas rotas do tráfico atlântico e interno e pelo difícil desafio da identificação pelas

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os "negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 19-20, 1997.

<sup>15</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 9, p. 35-53, 2004, p. 38.

etnias e nações, segue por caminhos que estão apenas indicados por alguns trabalhos importantes.<sup>16</sup>

Desta Forma, é a partir deste “difícil desafio da identificação pelas etnias e nações” que este trabalho se desenvolveu, buscando compreender o significado das designações de nação e procedência, no intuito de buscar a origem dos africanos escravizados no Rio Grande do Sul.

Como dito anteriormente, o principal referencial teórico-metodológico desta pesquisa é a obra **Os Devotos da Cor** de Mariza de Carvalho Soares. Toda a reflexão a respeito de procedência e etnicidade, bem como as suas possibilidades e problemáticas, serão abordadas tendo como referência o trabalho de Soares.

E para descobrir as nações de origem e portos de procedência, este trabalho recorreu aos inventários *post-mortem* catalogados no projeto *Documentos da Escravidão* do APERS. Os inventários são, basicamente, a descrição e avaliação do patrimônio dos habitantes de uma determinada localidade e, segundo Jonas Vargas:

Sua utilização se reporta a procedimentos analíticos inspirados nos métodos seriais e quantitativos da segunda geração da escola dos annales e, no Brasil, seu uso se deu mais usualmente a partir de 1980 para o estudos da economia e sociedade no meio agrário e mercantil entre o XVIII e o XX.<sup>17</sup>

Os inventários não representam a maior parte da população de um lugar, na medida em que a população mais pobre e desprovida de bens valiosos não faziam inventários. Uma das saídas para entender a representatividade dos inventários de um local é pesquisar os censos. No entanto, o que importa para este trabalho são as informações de nação e procedência presentes nos inventários, fazendo um levantamento serial e quantitativo da fonte, como indica José d'Assunção Barros.

A História Serial refere-se ao uso de determinado tipo de fontes - homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado - que permitem uma determinada forma de tratamento - a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medirem as variações<sup>18</sup>

<sup>16</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, n. 9, p. 35-53, 2004, p.39

<sup>17</sup> VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades. As relações sociais por trás dos inventários post-mortem. **IN: Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 155-181, p. 155. Disponível em: <https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2014/07/2014-07-16-mostra-de-pesquisa-anais.pdf>. Acesso em: 15/02/2021

<sup>18</sup> BARROS, José D. Assunção. História serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. **Revista de C. Humanas**, v. 11, n. 1, p. 163-172, 2011, p.165.

Assim, a tabela sobre as informações de nação e procedência foi construída a partir da serialização da fonte (inventários) e da identificação de elementos e ocorrências comuns (as designações de nação e procedência), a fim de identificar padrões a partir da quantidade de vezes em que um item se repete.

O trabalho está dividido em dois grandes capítulos, divididos em subcapítulos. O primeiro trata do tráfico transatlântico e o seu funcionamento em África, bem como o circuito do tráfico no Rio Grande do Sul e a importância da escravidão para esta localidade. O segundo capítulo tem como foco principal as questões inerentes às designações de procedência e as possibilidades de se buscar origens a partir dessas informações.

## 2 - O RIO GRANDE DO SUL NA ROTA DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

As denominações de procedência foram produzidas no contexto do tráfico transatlântico. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar, sumariamente, o processo histórico que levou milhares de africanos e africanas ao trabalho escravo nas Américas, abordando, principalmente, a operacionalidade do comércio negreiro em costas africanas, com questões inerentes ao apresamento de escravos e o processo de "crioulização", na medida em que esse universo de nomenclaturas estava ligado diretamente com o funcionamento do tráfico. Sem se aprofundar em questões de demografia histórica, tratar-se-á, também, sobre as características do tráfico no Rio Grande do Sul e a importância da escravidão na região, bem como em sua capital, Porto Alegre.

### 2.1 - O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

Na Europa do século XV cada vez mais se firmavam os Estados nacionais e seus aparelhos burocráticos, possibilitando a necessária expansão territorial no intuito de obter especiarias de variados tipos e metais preciosos. Tal processo teve a primazia de Portugal e Espanha. O marco inicial é o ano de 1415, “quando os portugueses conquistaram Ceuta aos marroquinos e deram início a um projeto de ocupação de territórios ao norte da África”<sup>19</sup>. A costa atlântica, até então, era pouco conhecida pelos europeus.

Afora os relatos deixados pela história e geografia antigas, até o início do século XV, os europeus conhecem apenas a Costa Mediterrânea, o Saara e o norte da costa ocidental, até os arquipélagos atlânticos<sup>20</sup>

Em 1434, ao buscar novas rotas comerciais e desbravar a desconhecida costa africana subsaariana, além de disseminar a fé cristã, Portugal alcança o Cabo Bojador e “uma era de superstições ficou para trás”<sup>21</sup>. A partir da década de 1440 o constante reconhecimento da costa africana se intensifica, possibilitando o comércio de variadas mercadorias, tais como prata, couro, manufaturas, entre outras, e o tão cobiçado ouro<sup>22</sup>. Ao chegar na região do atual Senegal, em 1440, os portugueses, ao alcançar a “terra dos negros”

<sup>19</sup> MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

<sup>20</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p.39.

<sup>21</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (volume I): 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p. 231.

<sup>22</sup> *Ibidem*. p. 238.

ou a “terra da Guiné”, intensificam o comércio de escravos e as primeiras grandes levas são destinadas, principalmente, ao sul de Portugal, no Algarve<sup>23</sup>. Para além do velho continente, a demanda por escravos atingiu as primeiras localidades colonizadas por Portugal e Espanha, nas ilhas da Madeira, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e outras, onde, segundo Florentino, “a exploração mercantilista rentável identificou-se ao trinômio grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo, em uma antecipação do modelo que vingaria em boa parte das américas”<sup>24</sup>. A concorrência de outras nações europeias aparece na segunda metade do século XVI, com investidas inglesas e francesas na costa ocidental, tendo como objetivo principal, o ouro. Para marcar território e conter avanços estrangeiros, a coroa lusa ergueu fortalezas nas áreas costeiras, em pontos isolados, como é o caso do Castelo de São Jorge da Mina, em 1486, que possibilitou o contato e comércio de escravos e ouro junto aos povos locais, bem como o surgimento de povoados ao redor, formados por europeus e africanos convertidos<sup>25</sup>.

O Castelo de São Jorge passa a ser uma referência não apenas para as expedições à costa da África, mas para todo o projeto colonial português, nos séculos seguintes. Depois dele são construídos vários outros fortes e fortalezas. Luanda, Moçambique, Goa, Macau e Itamaracá são alguns exemplos<sup>26</sup>

Em 1470 os portugueses alcançaram a costa do Congo e no ano de 1482 chegaram em Angola. Em 1488, ao ultrapassar o Cabo da Boa Esperança, digamos que o mapeamento da costa ocidental foi completado, assim como a passagem para o Índico foi encontrada.

Com a conquista e colonização do continente americano, o comércio negreiro encontrou as condições para a sua potencialização<sup>27</sup>, haja vista a grande demanda por mão de obra escrava que se sucedeu nas colônias europeias do então novo mundo, principalmente na América portuguesa. Passemos agora a entender alguns dados do fluxo de escravos entre África e América apresentados por Manolo Florentino.

Segundo o autor supracitado, em relação às regiões de origem no século XVI (1500-1601)<sup>28</sup>, 57% de africanos escravizados e traficados provinham da África Ocidental (região de Cabo Verde, ilhas e litoral adjacente) e 42,5% provinham da África Central

<sup>23</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p.42

<sup>24</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>27</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume 1): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p.231.

<sup>28</sup> Ibidem p. 232.

(região congo-angolana). Sobre as regiões de desembarque, 0,3 % eram destinados à Europa, 85% à América espanhola e 14,7% para o Brasil.

No século XVII (1601-1700)<sup>29</sup>, outras nações européias entram no comércio de escravos ocupando a costa atlântica africana com suas próprias feitorias e fortes ao longo do litoral, tendo como motivação o “paulatino rompimento do monopólio da presença espanhola no Caribe e na América do Norte”. Neste momento, a grande demanda por cativos está relacionada às *plantations* escravistas das colônias britânicas e holandesas e à produção açucareira do nordeste brasileiro. Sobre as regiões de origem nos Seiscentos, 37,8% das pessoas traficadas vinham da África Ocidental, 60,5% provinham da África Central, 1,7% da África Sul-Oriental e ilhas do Índico. Neste período, o Brasil já recebia o maior percentual de escravizados, representando 51,5% do total, cerca de quase 800.000 africanos.

No século XVIII (1701-1800)<sup>30</sup>, que é o período do auge do tráfico transatlântico de escravos, os africanos são destinados à região sul dos Estados Unidos, ao Caribe e, principalmente, ao Brasil, no contexto de expansão da exploração das regiões auríferas nas Minas Gerais. Neste período, provinham da África Ocidental 62,5% do total das importações, da África Central 36,4% e África Sul-Oriental e ilhas do Índico 1,1%. O destino principal, novamente, é o Brasil, que recebeu 35,4% dos desembarques, quase 2 milhões de pessoas.

Assim, sem se aprofundar no grande debate relacionado aos números do tráfico, cerca de 4 milhões de pessoas, em sua maioria do sexo masculino, durante aproximadamente 300 anos, do século XVI ao XIX, desembarcaram no Brasil destinadas à escravidão. José Rivair Macedo, ao citar Luíz Felipe de Alencastro, indica que, para o período 1451-1870, “aproximadamente 4 milhões de pessoas, portanto por volta de 40% do total, desembarcaram nos portos brasileiros, especialmente naqueles situados nos atuais estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro”<sup>31</sup>.

## 2.2 - A GEOGRAFIA AFRICANA DO TRÁFICO

O tráfico de escravos no Brasil operou a partir de três regiões africanas: África Ocidental, Centro-Ocidental (ou Central Atlântica) e, em menor proporção, África Oriental. A primeira região se estendia do atual Senegal ao Camarões, incluindo as ilhas do Atlântico,

---

<sup>29</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume 1): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p.234.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>31</sup> MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.105.



Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, além da importante região conhecida como Costa da Mina, na baía do Benin. No período colonial e no século XIX essa região forneceu a maior parte dos africanos destinados à Bahia e ao nordeste brasileiro. A segunda localidade referida se estendia do atual Gabão ao sul de Angola e foi a principal fornecedora de escravizados para o Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, a partir do final do Setecentos. Luanda, Benguela e Cabinda eram os principais portos da região. Por fim, a terceira região, que ganhou importância na primeira metade do século XIX, estava localizada na costa do Índico, da atual Tanzânia ao sul de Moçambique<sup>32</sup>. O principal porto receptor de escravizados dessa região era o porto do Rio de Janeiro.

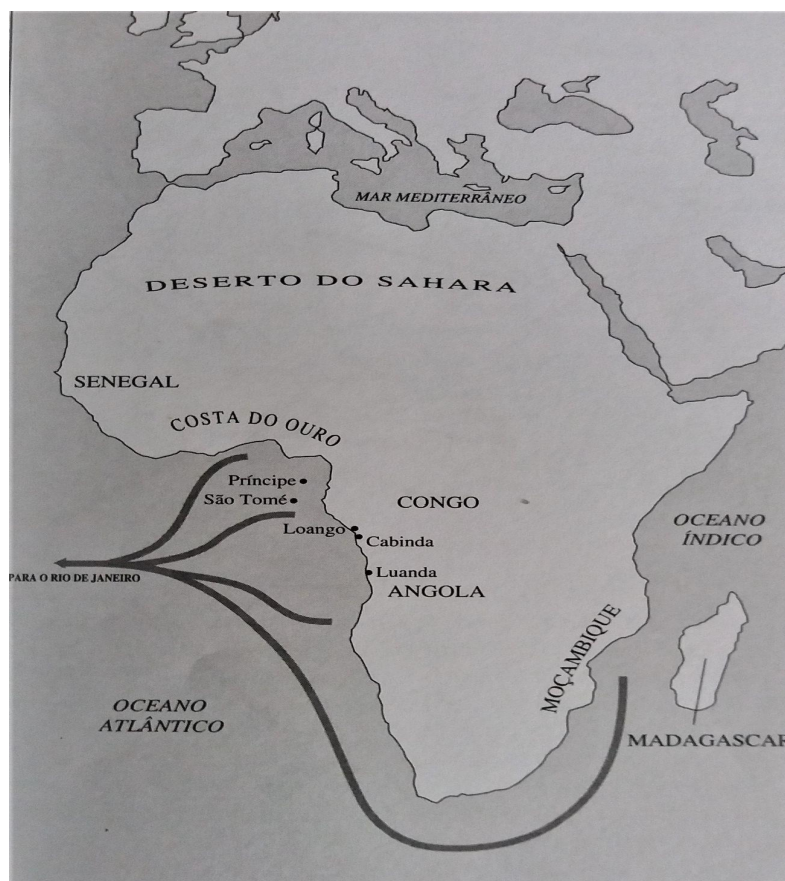
Segundo Luís Felipe de Alencastro, os grandes portos negreiros estavam situados nas proximidades de bacias hidrográficas extensas, como a dos rios Senegal e Gâmbia na Senegâmbia, dos rios Níger e Volta no golfo de Guiné, do rio Congo e do Cuanza na região Congo-angolana e do Zambeze e Limpopo em Moçambique, “permitindo o transporte fluvial de cativos a partir do interior para os portos marítimos e ampliando o impacto do tráfico no interior da África subsaariana”<sup>33</sup>.

Figura 1 - Mapa sobre as principais rotas marítimas de abastecimento de africanos para o Porto do Rio de Janeiro, no período 1750-1830.

---

<sup>32</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, n. 12, p. 11-50, 2001.

<sup>33</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63. p.4.



Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 17.

### 2.3 - O FUNCIONAMENTO DO TRÁFICO EM COSTAS AFRICANAS

Na obra **Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre Angola e Rio de Janeiro**<sup>34</sup>, o historiador Manolo Florentinou, acerca da historiografia que trata do tráfico de escravos para o Brasil, indica que:

Por ser tomado como variável central para a permanência do sistema, mesmo os principais modelos explicativos da economia colonial compartilham, implícita ou explicitamente, a idéia de que à perenidade da escravidão tornava-se imprescindível a existência de um fluxo externo, contínuo e economicamente viável de mão-de-obra para o Brasil.<sup>35</sup>

Assim, segundo o mesmo autor, o comércio negreiro é tratado a partir de três grandes eixos, sendo eles: “como variável do cálculo econômico da empresa escravista colonial; enquanto fluxo demográfico; e como um negócio”<sup>36</sup>. No entanto:

<sup>34</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.24.

<sup>36</sup> *Ibidem*

Não deixa de ser curioso observar que, embora pensem o tráfico como um fluxo contínuo e barato, estes autores não questionam as motivações que teriam levado o continente negro a oferecer escravos durante uma longuíssima duração e a custos tão baixos. A exceção é *Ciro Cardoso*, que muito sumariamente toma a África como um locus social e economicamente heterogêneo, e a violência e apropriação de trabalho alheio como elementos fundamentais para a continuidade do comércio atlântico.<sup>37</sup>

Na mesma direção, *Jaime Rodrigues* afirma:

A interpretação dos dados demográficos relativos à mortalidade e à morbidade parece ter sido uma das poucas possibilidades de integrar o africano traficando ao “negócio” e, conseqüentemente, à história do tráfico, em seu viés mais marcadamente econômico e comercial, incorporou de forma ainda insatisfatória os africanos como parte ativa no “negócio”.<sup>38</sup>

Neste sentido, as motivações referidas por *Florentino*, que na verdade é uma crítica a falta de estudos do tráfico a partir de África, e a crítica feita por *Jaime Rodrigues* ao papel secundário do africano no comércio de escravos na historiografia, estão relacionadas aos mecanismos que possibilitaram a consecução do comércio negreiro por quase quatro séculos no outro lado do atlântico, funcionando a partir de interesses mútuos e negociações entre Portugal e as comunidades locais. O tráfico de escravos, pelo menos nas regiões em que imperou, movimentou e modificou as estruturas sociais pré existentes, e a participação africana foi importante e decisiva para o desenvolvimento do comércio que levou milhares de pessoas ao cruel destino da escravidão nas Américas. Dessa forma, passemos agora a entender o funcionamento do tráfico transatlântico desde o continente africano.

O comércio negreiro que vigorou na época moderna ocasionou grandes mudanças econômicas, sociais e demográficas aos africanos. As sociedades pré-estabelecidas eram variadas, formavam Estados centralizados, ou pequenas comunidades de agricultores, pescadores, nômades, que se relacionavam entre si, através do comércio ou da guerra.

Desde os tempos antigos, a escravidão já era praticada naquele continente, “da Etiópia a Madagascar, do Egito ao Magreb e do Sudão aos povos da África Central, a redução ao cativo era o modo mais frequente de demonstração de poder político e econômico”<sup>39</sup>. Tornar-se escravo na África acontecia por dívidas, por compra e venda e, principalmente, através da guerra<sup>40</sup>. A África Ocidental, por exemplo, conhecia duas grandes linguagens de cativo: em regiões islamizadas a religião tornava o não muçulmano

<sup>37</sup>FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 26.

<sup>38</sup>RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.12.

<sup>39</sup>MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 101.

<sup>40</sup>Ibidem

passível de escravização e em sociedades com relações de parentesco os escravos eram definidos por não se ligarem a grupos parentais e domésticos<sup>41</sup>.

A escravidão interna pré existente encontrada pelos europeus em África se relacionou diretamente com o tráfico atlântico. Manolo Florentino, ao citar Claude Meillassoux, indica o estabelecimento de três grandes tipos de sistema escravista existentes no período pré-colonial. Resumidamente, a primeira modalidade é definida como escravidão doméstica, a qual “o cativo era introduzido na comunidade como um elemento produtivo da linhagem e trabalhava lado a lado com os jovens do grupo”, sendo possível, após algumas gerações, o indivíduo ser incorporado à linhagem; a segunda modalidade se refere a um sistema no qual o escravo ganhava uma parcela de terra para satisfazer suas necessidades e de sua família, sendo que o benefício do proprietário “se expressava em uma renda-trabalho mensurada em dias de labuta”; por fim, a terceira modalidade consiste em escravos que, geralmente pertencentes a um grupo, eram agrupados em pequenas aldeias separadas, onde a prestação de deveres se dava em serviços ocasionais ou sob forma de produtos<sup>42</sup>.

A partir da estratégica construção de fortes e feitorias, os portugueses passaram a negociar com os nativos, comerciantes ou reis, variados produtos como bebidas, bens de prestígio, manufaturas, prata e, principalmente, produtos de guerra, como armas e cavalos, em troca de especiarias como mel e marfim, ouro e escravos - estes capturados no interior do continente -, bem como alimentos para travessia oceânica. O elemento guerra é muito importante neste contexto, pois a partir do incremento de produtos bélicos (armas e cavalos) nas negociações<sup>43</sup>, os portugueses interferiram nos conflitos internos, possibilitando a afirmação de Estados centralizados e fortes militarmente, que atuavam diretamente no comércio negreiro, incorporando povos tributários ao seu domínio e capturando escravos no interior que deveriam atender a demanda interna, mas sobretudo, a demanda dos agentes comerciais ligados ao tráfico transatlântico<sup>44</sup>.

Embora as rupturas e acomodações entre europeus e africanos fossem uma constante, o contexto de guerras endêmicas contribuía para a afirmação do poder de grupos militares nas comunidades domésticas, aldeias e reinos ou para a consolidação do domínio civil cada vez mais fundado em armas. Considerando que as guerras serviam não apenas para capturar escravos, mas igualmente para a

---

<sup>41</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume 1): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p.255.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 256.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 240.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 256.

conquista de povos tributários, é evidente que com a exponenciação do tráfico aumentaram as possibilidades de centralização de poder.<sup>45</sup>

Assim, vejamos um exemplo sobre a ligação das comunidades locais ao comércio negreiro e a sua relação com a Coroa portuguesa, a partir dos escritos de Jaime Rodrigues.

Um exemplo de sociedade produtora de escravos pode ser encontrado entre os bantu da África Central: os *bawoyo*, que ocuparam a foz do Rio Zaire a partir de migrações vindas do Congo. Os *bawoyo* criaram o Reino Ngoyo na região que hoje corresponde a Cabinda - importante centro produtor de sal antes do tráfico de escravos transatlântico. No século XVI, os reis de Ngoyo assinaram acordos com os portugueses, que passaram a aproveitar a estrutura administrativa desse reino para o funcionamento do tráfico. Os *mambucos*, administradores do litoral, eram vistos pelos traficantes como vice-reis; os *manfucas*, responsáveis pelo comércio e cobranças de impostos, adquiriram também grande importância no tráfico<sup>46</sup>.

Para além do fomento à guerra, outras formas de apreensão de cativos eram os sequestros e as razias, porém “foram mais frequentes nos séculos XV e XVI do que em qualquer outra época, embora jamais tenham desaparecido”<sup>47</sup>. Neste sentido, é importante salientar que as sociedades ou comunidades a que pertenciam os africanos que vieram para o Brasil estavam, em maior ou menor escala, interligadas ao comércio negreiro, assim, as configurações sociais pré-estabelecidas sofreram grandes modificações.

Na África Ocidental, desde o final do século XVII, a principal região fornecedora de escravos era a Baixa Guiné, formada pela Costa do Ouro e as Baías do Benin e de Biafra<sup>48</sup>. Na passagem do século XVII para o XVIII se consolidaram na localidade grandes Estados centralizados como Oió, Achanti e Daomé, que monopolizavam as rotas que levavam escravizados da savana interior até a costa<sup>49</sup>. Em relação aos daomeanos, em 1728 já dominavam os três principais portos do comércio negreiro na Costa da mina, sendo eles Ajudá, Ardra e Jaquem<sup>50</sup>.

Na África Central, mais especificamente Angola, assim como no oeste africano, o apresamento de escravos funcionava a partir da interiorização no continente e da violência e acordos com os nativos. A operacionalidade do tráfico nesta região era realizada pelos diferentes agentes envolvidos e interessados no comércio negreiro, a partir de uma logística

<sup>45</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume 1): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p. 250.

<sup>46</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 87

<sup>47</sup> FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume 1): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270. p. 238.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 243.

<sup>49</sup> *Ibidem*

<sup>50</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p.79

que incluía a construção de presídio ou barracões, cujos nomes, inclusive, poderiam representar alguma designação de procedência na diáspora. Jaime Rodrigues, sobre o diverso cenário de agentes e interesses e o funcionamento do comércio negro, afirma:

Havia a Coroa portuguesa interessada na conquista de territórios e na arrecadação de impostos, estrangeiros que faziam o contrabando, grandes traficantes que disputavam a primazia nos embarques, pequenos traficantes que lutavam com mais dificuldades para manter-se no negócio, brancos residentes em Angola que viviam de intermediar o comércio de escravos, soberanos africanos em luta constante (contra seus vizinhos e contra invasores europeus) pelo controle de terras e cativos, comerciantes ligados ao abastecimento dos navios e das concentrações de escravos para venda em feiras, barracões ou presídios do interior e do litoral, além de uma miríade de homens de etnias e inserções sociais variadas, de uma maneira ou de outra ligados ao tráfico negro<sup>51</sup>.

Este cenário descrito por Rodrigues estava consolidado no século XVIII, com a presença portuguesa em Angola com suas fortalezas, cidades, feiras e presídios. No entanto, os conflitos com os povos locais geravam grandes prejuízos para o funcionamento do tráfico, como no caso de, por exemplo, ataques às caravanas que levavam escravos até a costa, aos presídios ou feiras do interior. Tais conflitos com povos nativos eram constantes em Angola entre os séculos XVIII e XIX e tinham diversificadas motivações, mas sempre ligadas de alguma forma ao comércio de escravos, como a disputa pela primazia no controle de rotas comerciais, que poderia estar no centro de disputas entre etnias rivais<sup>52</sup>. Jaime Rodrigues exemplifica um desses conflitos a partir do trecho de um documento destinado à Lisboa produzido por autoridades coloniais informando sobre uma rebelião ocorrida no presídio de Encoge, em 1790.

“tudo foi roubado pelo gentio Namboangongo, Quenguengo e Lundo que, atrevidos, se haviam mancomunado e atacaram à cara descoberta com [um]a multidão de armas e flechas (...), morrendo no combate de ambas as partes muitos e deixando em sítio a guarnição daquela praça, ficou o seu comércio todo interrompido e embotadas as armas portuguesas pela rebelião dos dembos vassallos, que logo andaram a sublevar outros de seu partido”<sup>53</sup>.

Roquinaldo Ferreira atenta para o fato de que o comércio era o que mais importava nos presídios, pois, a partir deles,

eram adquiridos suprimentos a preços favoráveis, sustentando o comércio nas cidades costeiras. Pode-se até imaginar que os presídios eram uma garantia de maior segurança para o comércio. Tinha-se afinal uma pequena guarnição portuguesa e uma fortificação para impor respeito aos gentios. Além disto, tratados de aliança garantiam que chefes africanos amistosos governassem os chefados.

<sup>51</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 75

<sup>52</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 229.

Tais chefados reuniam povos “avassalados” que integravam os próprios presídios. Mas apesar disto, não se tinha como garantir segurança absoluta nos presídios.<sup>54</sup>

Uma das figuras importantes e estratégicas no processo de interiorização ao continente para busca de escravos eram os *pumbeiros* ou *pombeiros*, palavra derivada do termo quimbundo mpumbu, que era o ponto de confluência das rotas comerciais. Este grupo especializado, nas palavras de Jaime Rodrigues, eram “agenciadores mestiços ou negros que percorriam o interior do continente comprando escravos dos chefes locais”<sup>55</sup>. Para contornar as dificuldades relacionadas aos conflitos com os povos bantu no comércio de escravos, a administração colonial e os traficantes recorriam aos serviços desses agentes, na medida em que estes detinham importante conhecimento sobre o sertão, os povos locais e os seus costumes. Tal relevância no comércio negreiro possibilitou aos pumbeiros emergirem a postos administrativos e militares, formando uma aristocracia negra e mestiça nas terras dominadas pelos portugueses<sup>56</sup>. Os pumbeiros levavam consigo carregadores de mercadorias utilizadas nas trocas comerciais, em suas jornadas rumo ao interior que poderiam demorar anos até o retorno à costa trazendo centenas de escravizados. Na costa ocidental, semelhante papel era desempenhado pelos tangamaos ou tangamaus<sup>57</sup>.

As rotas que levavam os africanos desde seu local de origem aos navios negreiros na costa atlântica eram variáveis, assim como o tempo levado no percurso. Escravizados negociados em um mesmo porto e embarcados no mesmo navio não provinham, necessariamente, da mesma região. Na medida em que este trabalho discute origem e procedência, esta é uma questão importante. Jaime Rodrigues traz o exemplo de três africanos embarcados na escuna Dona Bárbara a partir do porto de Cabinda, em 1829, cujos nomes eram: Ochar, Dadah e Ogobee.

O primeiro era natural de *Iaboo* [?], e declarou que seu país ficava a oito dias da costa; a segunda, vinda de Oioo, afirmou ter levado três meses para vir a pé de sua terra até a costa, enquanto que Ogobee, de origem “oussá”, caminhou ao longo de três luas para chegar ao litoral.<sup>58</sup>

Essas informações a respeito da origem dos africanos foram grafadas por um escrivão de processo judicial no Brasil no início do século XIX. Tendo em vista que neste

<sup>54</sup> FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.189. 1996.

<sup>55</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 98.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>57</sup> Ibidem

<sup>58</sup> Ibidem, p. 106.

contexto a importância dessas informações não seriam de grande interesse do escrivão, Rodrigues questiona a origem daqueles africanos, em seus escritos.

Dadah seria de Oyo, porto da África Ocidental? Se ela estava certa de ter andado três meses entre sua terra e o porto de embarque, é possível que sim. Porém não disponho de dados para afirmar que esse era o tempo necessário para vencer a distância que separa o amplo Golfo da Guiné e a costa do Gabão da Foz do Zaire, perto de onde Cabinda estava situada. Mas a palavra que o escrivão grafou (“Oioo”) também pode ser a tradução do que Dadah disse ser Ngoyo, ou seja, o reino em cujo litoral Cabinda foi erguida. Se for assim, três meses parece um tempo longo demais para que uma africana apreendida em um reino tão pequeno chegasse ao litoral, mas em todo caso não sabemos que tipo de dificuldades ela e seus companheiros de viagem teriam enfrentado no percurso.<sup>59</sup>

Neste sentido, imaginemos um cenário em que esses três africanos fossem destinados ao trabalho escravo em Porto Alegre no início do século XIX, por exemplo, e carregassem o desígnio de procedência Cabinda. Se Dadah fosse mesmo do reino de Oyo, ou Ogobee de alguma localidade da África Ocidental, de pouca valia seria essa informação de procedência ao se estudar a origem dessas pessoas.

### 2.3.1 - Crioulização

O funcionamento do tráfico transatlântico, interligado com as comunidades locais, possibilitou trocas culturais entre europeus e africanos, verificadas, por exemplo, na catequização de comunidades nativas. Ao citar o historiador angolano Mário Antônio de Oliveira, Roquinaldo Ferreira indica que:

o “amalgama bio-social que os portugueses realizaram nos trópicos” pressupunha africanos inevitavelmente adotando traços culturais europeus - uma espécie de processo civilizatórios cuja hegemonia residiria no lado português.<sup>60</sup>

Este processo “teria criado as condições para a síntese social e cultural definida como criouliidade”<sup>61</sup>. Para além da região angolana, os “amalgamas culturais foram também característicos em várias regiões da África atlântica - desde a Senegâmbia até Angola”<sup>62</sup>, sendo que nesta última localidade, o processo de criouliização teria sido muito mais intenso do que em outras. Na África, o termo crioulo teria surgido no século XIX em Serra Leoa, na costa ocidental, a partir de uma colônia inglesa criada para receber africanos retornados da

<sup>59</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 107.

<sup>60</sup> FERREIRA, Roquinaldo. "Ilhas Crioulas": o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de história**, n. 155, p. 17-41, 2006, p.18.

<sup>61</sup> Ibidem

<sup>62</sup> Ibidem



escravidão nas colônias britânicas<sup>63</sup>. Os “negros cristãos e ocidentalizados” desta localidade eram referidos como crioulos. Neste sentido, “a idéia de uma assimilação de valores europeus já era entendida como pressuposto fundamental na dinâmica crioula”<sup>64</sup>.

Nas palavras de Ira Belin, citado por Ferreira, os crioulos atlânticos estavam “familiarizados com o comércio atlântico, fluentes com suas novas linguagens, e íntimos com suas culturas e finanças, eram cosmopolitas no sentido pleno da palavra”<sup>65</sup>. Desta maneira, sem se aprofundar no debate acerca dos termos crioulo e criouliidade apresentado por Roquinaldo Ferreira, de uma forma geral, e mais recente, o conceito tem sido usado para:

analisar as transformações culturais e identitárias de indivíduos envolvidos com o comércio atlântico - na condição de escravos, escravocratas ou trabalhadores do tráfico. Neste caso, pressupõe maleabilidade identitária e capacidade de transição entre universos culturais díspares, tendo caráter transracal e transcultural.<sup>66</sup>

Neste sentido, o processo de criouliização não atingia apenas os africanos, mas também os europeus, na medida em que havia o constante contato com a cultura dos povos locais, com seus rituais religiosos ou práticas de curandeirismo, por exemplo. Em um trecho da carta do Bispo de Málaga de 1788 (presente no Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal), citado por Ferreira, podemos entender um pouco esta noção, pois no referido trecho, o Bispo escreve que “os muitos mulatos e os poucos brancos que há são já nos costumes tão negros como os mesmos negros”<sup>67</sup>.

A maneira a qual os africanos ou europeus se “criouliizavam”, isto é, como faziam as trocas culturais eram variadas. Em Angola, por exemplo, os portugueses se relacionavam invariavelmente com africanas, ao ponto de , em fins do século XVIII, o percentual de crianças mulatas - filhos dos portugueses com africanas - ter alcançado a marca de 12% em Benguela, ou 26% em Luanda<sup>68</sup>. Nessa “mestiçagem cultural” que ocorreu em Angola, segundo Ferreira, “do ponto de vista da Cultura, a força motriz era claramente africana”, ao ponto de a maior parte da população adotar a língua Kimbundo no cotidiano, ao passo que, a língua portuguesa, por sua vez, era usada “em grande escala nas correspondências entre autoridades africanas e portuguesas”<sup>69</sup>. Jaime Rodrigues, em seus escritos, traz o exemplo de

---

<sup>63</sup> FERREIRA, Roquinaldo. " Ilhas Crioulas": o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de história**, n. 155, p. 17-41, 2006, 20.

<sup>64</sup> Ibidem

<sup>65</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 36.

uma “língua franca de comércio”<sup>70</sup> percebida na região de Cabinda desde o século XVIII, pois os portugueses utilizavam em sua estrutura administrativa as terminologias que designavam os funcionários do reino de Ngoyo, como *mambucos* ou *manfucas*, por exemplo<sup>71</sup>. A cultura crioula nas regiões costeiras de Angola emanava até o interior em localidades controladas pelos portugueses, ou vizinhas a estas<sup>72</sup>.

O debate acerca da crioulação no continente africano é importante para entender que, por exemplo, um africano que chegasse ao Brasil destinado à escravidão poderia já ter um conhecimento prévio da língua portuguesa, um entendimento de como funcionava comércio negro e o contato, através do batismo, com a religião católica dos europeus. Nesta hipotética situação, o africano poderia ser considerado ladino ao chegar no Brasil.

#### 2.4 - A TRAVESSIA ATLÂNTICA

A travessia atlântica certamente foi uma experiência violenta, insalubre e (deixando de lado o anacronismo) desumana, além de mortífera para os africanos e africanas. No entanto, os sobreviventes que conseguiam resistir à travessia e chegar ao outro lado do Atlântico teriam vivenciado um ambiente caracterizado pela diversidade, tanto em relação aos marinheiros, quanto aos escravizados. Diferenças relacionadas à condição social, variação etária, religiosa, diferentes nacionalidades ou etnias, por exemplo. Jaime Rodrigues usa a expressão “caldeirão de etnicidades”<sup>73</sup> ao se referir aos africanos traficados nos navios negreiros destinados ao Brasil. O mesmo autor indica que, apesar da variedade de etnicidades africanas,

Senhores de escravos e viajantes que vieram ao Brasil do século XIX notaram a existência de um sentimento de solidariedade e companheirismo entre os escravos que haviam compartilhado a experiência da viagem transatlântica a bordo da mesma embarcação negreira.<sup>74</sup>

Este sentimento de solidariedade ou fraternidade que unia os africanos estava relacionado à sua condição enquanto escravizados, compartilhando a experiência da violenta travessia atlântica, bem como os medos e anseios em relação ao incerto e tenebroso destino que os aguardava na terra dos brancos, entendida como a terra da morte ou dos mortos<sup>75</sup>.

---

<sup>70</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.88.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> FERREIRA, Roquinaldo. " Ilhas Crioulas": o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de história**, n. 155, p. 17-41, 2006, p.34

<sup>73</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 188.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 242.

Robert Slanes, citado nos escritos de Jaime Rodrigues, observou que alguns filólogos da língua portuguesa “definiram *malungo* como a palavra que expressaria tal sentimento”<sup>76</sup>. A palavra *malungo* possivelmente seria de origem bantu, do kikongo ou kimbundo. O viajante Henry Koster também identificou esse sentimento solidário e fraterno entre os escravizados em uma mesma embarcação, onde cada indivíduo se referia ao outro como *malungo*, da mesma forma que Rugendas, outro viajante, ao relatar que os escravizados se referiam como “molungos”. Mais uma vez referenciado no trabalho de Rodrigues, Slanes indica que esta palavra teria adquirido o sentido de “companheiro na travessia da *kalunga*”<sup>77</sup>.

Como veremos mais adiante neste trabalho, esse sentimento de solidariedade que unia os africanos de diferentes etnias a bordo nos navios negreiros, também foi uma das formas encontradas pelos mesmos e seus descendentes de resistir, compartilhar e sociabilizar no território brasileiro, se apropriando e ressignificando as designações de origem e procedência.

## 2.5 - O TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O RIO GRANDE DO SUL E A SUA POPULAÇÃO ESCRAVA

A ocupação do Rio Grande do Sul está inserida, historicamente, no contexto de disputas territoriais, políticas e econômicas entre espanhóis e portugueses nas regiões meridionais do continente americano, onde uma série de tratados e, inclusive, interesses de outras nações europeias, pautaram as relações, que perduraram por quase três séculos. Dito isto, fica evidente a importância, principalmente comercial, da região. A grande demanda por escravos na capitania gaúcha remonta a meados do século XVIII, no entanto, o interesse lusitano nas regiões sulistas de seus domínios vem desde o século XVII tendo como motivação principal o tráfico de escravos.

Durante o período da União Ibérica os portugueses controlavam o comércio de escravos na região do Rio da Prata, a partir da concessão de *asientos*. Com a separação das duas coroas, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento (1680) com objetivo de continuar a explorar o comércio daquela região, centralizado em Buenos Aires. Segundo Gabriel Aladrén:

---

<sup>76</sup> RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 241.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 242.

A cidade de Buenos Aires, desde o século XVI, era um foco de atuação de contrabandistas e comerciantes que buscavam açambarcar parte dos lucros gerados por esse fluxo. Os portugueses se beneficiaram amplamente do acesso à região durante o período da União Ibérica e faziam parte dos grupos de comerciantes mais atuantes. Na época, eles praticamente monopolizaram a arrematação dos *asientos de negros*, concessão da coroa espanhola para a introdução de um volume anual de africanos em suas colônias americanas. Suas bases de atuação eram as praças de Lisboa, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Após o fim da União Ibérica e a perda dos *asientos*, só restou aos portugueses praticar o comércio ilícito para obter o cobiçado metal, atividade muitas vezes cobiçada por funcionários espanhóis em Buenos Aires.<sup>78</sup>

Buenos Aires era um entreposto comercial que abastecia de escravos não somente as suas localidades internas, mas também levava cativos a regiões como Chile e Alto Peru<sup>79</sup>, na atual Bolívia. Sabendo da lucratividade desse comércio, os espanhóis se aproveitavam das constantes batalhas com o império português para apreensão de cativos lusos, no entanto, em relação a estes últimos, “um conflito hispano-português podia ser a desejada ocasião de fuga, caso fosse possível aproveitar a confusão do momento”<sup>80</sup>. As fugas de escravizados aconteciam em meio a tensões políticas e diplomáticas entre as duas coroas nas regiões fronteiriças de seus domínios, ocorrendo, em contrapartida, incursões de apresamento, roubo ou contrabando<sup>81</sup>. Nem mesmo o Tratado de Utrecht (1713), que dava direito ao monopólio do comércio de escravos aos ingleses na América espanhola, conseguiu acabar com o comércio ilícito. Assim como os espanhóis, os ingleses também recorriam à Sacramento.

A existência da praça lusitana foi motivo de segurança para os ingleses que atuavam em Buenos Aires, principalmente naqueles momentos em que as relações diplomáticas anglo-castelhanas eram rompidas e o Asiento ficava suspenso, como foi entre os anos de 1719-1721 e 1727-1729. Os ingleses utilizavam a Colônia do Sacramento para continuar introduzindo clandestinamente escravos em Buenos Aires, como foi relatado pelo padre jesuíta Carlos Gervasoni que esteve na cidade em 1729. Após comentar que somente aos ingleses era permitido vender cativos africanos, ele observou que naquele momento nem mesmo eles podiam conduzir este negócio e constatou a suspensão das atividades legais: “Entretanto, eles [os ingleses] os trazem continuamente para a colônia dos portugueses, que está em frente a cidade na outra parte do rio, e comprados os escravos ali de contrabando os fazem desembarcar em uma praia deserta e os introduzem em Buenos Aires”<sup>82</sup>.

<sup>78</sup> ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.55. 2012.

<sup>79</sup> POSSAMAI, Paulo César. O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. **V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007, p.3. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/possamai%20paulo%20cesar.pdf>. Acesso em: 20/02/2021.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>81</sup> ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.191. 2012.

<sup>82</sup> KÜHN, Fábio. Conexões negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico sul (Rio da Prata, 1730-1752). **Anos 90**, v. 24, n. 45, p. 101-132, 2017, p.105

Após o Tratado de Madrid (1750), que retirou Sacramento dos domínios lusos, o império português tornou ilícito o contrabando de escravos para as localidades da América espanhola a partir do Alvará de 14 de Outubro de 1751, que proibiu exportações de africanos para fora de seus domínios, dando exclusividade na oferta de africanos para a demanda brasileira. No entanto, “apesar dos esforços reais de tentativa de regulamentação, a legislação era recorrentemente burlada pelos contrabandistas”<sup>83</sup>. O contrabando de escravos para a região do Prata, operado desde os portos de Montevidéu, Colônia de Sacramento e Buenos Aires perdurou até 1812, quando o tráfico foi proibido em meio aos conflitos de independência daquela localidade<sup>84</sup>.

Como dito anteriormente, a grande demanda por escravos no Rio Grande do Sul remonta a meados do século XVIII, no contexto de desenvolvimento das primeiras charqueadas, vilas, povoamentos e a integração da capitania aos circuitos mercantis da América portuguesa, que abastecia principalmente o mercado interno (regiões auríferas) da colônia por meio da exportação de couro, trigo e, principalmente, o charque. Entre 1780 e 1800, Gabriel Aladrén indica que se firmaram as bases da expansão econômica, territorial e demográfica da capitania gaúcha pois,

o quadro administrativo e territorial dos domínios portugueses na fronteira sul era inteiramente distinto daquele existente em 1750. Portugal já não possuía mais a Colônia de Sacramento, mas havia garantido a posse de Rio Grande. Rio Pardo se tornara uma freguesia florescente, beneficiada por sua posição às margens do Rio Jacuí, e Porto Alegre se tornou a capital e sede da câmara. Em termos de povoamento, também podiam ser notadas mudanças. Fundaram-se aldeamentos com os índios expulsos das missões jesuíticas durante a guerra guaraníca, introduziram-se casais de imigrantes açorianos e a capitania ainda recebeu um importante afluxo populacional originado de outras regiões, com destaque para os soldados recrutados para as guerras do sul. Pode-se dizer que tais acontecimentos criaram as bases para que, entre aproximadamente 1780 e 1800, o Rio Grande do Sul entrasse em uma fase na qual se combinaram expansão territorial, econômica e demográfica.<sup>85</sup>

Assim, o crescimento econômico verificado no final do século XVIII vem aliado, naturalmente, ao aumento da demanda por mão de obra escrava. Neste sentido, o tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul tem no trabalho de Gabriel Berute importante referência e contribuição.

<sup>83</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.38. 2006.

<sup>84</sup> ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.56. 2012.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 21.

O autor analisou em sua dissertação de mestrado as características do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro do Sul entre os anos de 1788 e 1824, explorando o circuito mercantil o qual a capitania gaúcha estava inserida a partir de um conjunto de fontes, a saber: *guias de transporte de escravos* (provedoria da fazenda real), *despachos e passaportes de escravos* e o *livro do imposto da Sisa dos escravos*. Segundo Berute, o Rio Grande do Sul não participava diretamente do tráfico transatlântico, mas estava integrado à chamada *etapa interna do tráfico transatlântico*, que envolvia o comércio de africanos novos ou boçais (recém chegados nos portos brasileiros) através das rotas de redistribuição, como também estava inserido no *tráfico interno*, que envolvia o comércio de crioulos e africanos ladinos (escravos africanos que já haviam superado o período da adaptação e tinham algum conhecimento da língua portuguesa).

O porto do Rio de Janeiro era o principal fornecedor de escravizados para o Rio Grande do Sul e, em menor escala, os portos de Salvador e Recife. A dependência em relação ao Rio de Janeiro como principal porto fornecedor se deve às características geográficas, pois os portos do nordeste estavam mais distantes e, também, porque eles deveriam abastecer suas regiões internas e outras localidades brasileiras, como Minas Gerais e Maranhão, por exemplo. Sobre os agentes do tráfico, inseridos nesta etapa de redistribuição e que despachavam escravos para a capitania gaúcha, Berute afirma:

a distribuição de escravos para o Rio Grande de São Pedro do Sul era realizada por grande número de agentes mercantis, em sua maioria especuladores (“traficantes conjunturais”), que participaram em apenas uma ou duas ocasiões do tráfico e que foram responsáveis pela comercialização da maior parte dos escravos. Por sua vez, os comerciantes que permaneceram no máximo um ano no tráfico sul-rio-grandense foram responsáveis pelo despacho de mais da metade dos escravos em ambos os períodos estudados, e por mais de 4/5 dos despachos realizados.<sup>86</sup>

Esses agentes estavam estabelecidos no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul, sendo que os traficantes da capitania gaúcha “dedicavam-se também a outros setores do mercado colonial”<sup>87</sup> como charque, couro ou trigo. Os escravizados comercializados por esses agentes eram transportados a partir do comércio de cabotagem em embarcações de pequeno porte que transportavam também diversos outros itens para comercialização.

---

<sup>86</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negroiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 155. 2006.

<sup>87</sup> Ibidem

Passemos agora a entender alguns números identificados por Berute que são importantes para compreensão do perfil demográfico das pessoas escravizadas que chegavam via circuito do tráfico, bem como as características da população escrava.

A partir das guias de transporte, entre os anos 1788-1802(fase de estabilidade do tráfico), o autor identifica o percentual de 88% de africanos e 12% de crioulos no total de escravos despachados. Entre os africanos, 75% eram novos e 25% ladinos. A partir dos despachos e passaportes da polícia da corte, entre os anos 1809-1824(fase de aceleração do tráfico), os africanos são 95% e os crioulos 5%. Entre os africanos, os novos representavam 81% e os ladinos, 19%. Juntando crioulos e africanos ladinos em contraposição aos africanos novos, observa-se no primeiro período citado(a partir das guias) e no segundo, respectivamente, os percentuais de 65% e 77% de escravos despachados incluídos na chamada etapa interna do tráfico transatlântico.

Tais números evidenciados por Berute indicam uma alta razão de africanidade, índice importante para entender ou perceber uma tendência de que a maioria dos escravos despachados para a capitania gaúcha eram africanos novos, além de certa dependência ao tráfico transatlântico. No entanto, ao citar Helen Osório em seu diálogo historiográfico, Berute indica a preponderância, mesmo que pequena, de crioulos em relação aos africanos no cômputo da população escrava.

Os inventários analisados por Helen Osório, entretanto, indicam que a população escrava da capitania sul-rio-grandense, ao contrário do verificado no tráfico, apresentava um equilíbrio entre crioulos e africanos, com uma pequena preponderância dos primeiros nas duas conjunturas do tráfico atlântico. Entre 1790-1805, 47% dos escravos existentes na capitania eram africanos, e 53%, crioulos. No período de 1810 a 1825, verificou-se um pequeno aumento na participação dos africanos, que passaram a representar 48% dos escravos, e os crioulos, 52%.<sup>88</sup>

Vimos até aqui uma elevada razão de africanidade no circuito do tráfico e certo equilíbrio entre africanos e crioulos em uma população escrava que, como nos indica Helen Osório, era proporcionalmente tão significativa como nas principais capitanias brasileiras.

Entre 1780 e 1807, segundo os “mapas de população” disponíveis, o percentual da população escrava oscilou entre 28 e 36%, como se observa no quadro 2, mantendo-se numa faixa comum às capitanias com maior população escrava.

---

<sup>88</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negroiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 51. 2006.

Nenhuma discrepância significativa, portanto, com o restante da América portuguesa.<sup>89</sup>

A mesma autora, ao analisar 541 inventários que compreendiam toda a capitania, no período de 1765-1825, identificou que 87% dos inventariados eram proprietários de escravos, ou seja, um índice alto de disseminação da propriedade escrava entre a população livre. Ao inserir Fabio Kuhn em seu debate, citando o trabalho em que o autor analisou a população de Viamão em 1751, Osório indica que a escravidão no Rio Grande do Sul era importante desde seu período formativo, pois no referido trabalho, Kuhn “encontrou uma população escrava de origem africana que correspondia a 45% do total”<sup>90</sup>, proporção parecida com a das regiões mineradoras ou de plantation. O padrão da posse de escravos identificado pela autora foi o de pequenos plantéis, com predomínio de proprietários de até 4 escravos, representando 48%, e 75% eram os que tinham até 9 escravos<sup>91</sup>.

### 2.5.1 - Escravidão em Porto Alegre

O povoamento de Porto Alegre também está inserido, naturalmente, no contexto de disputas entre os ibéricos. Por sua condição geográfica estratégica, no ano de 1772 a localidade foi elevada à freguesia e, posteriormente, com o deslocamento da sede da câmara para seu território, se tornou capital, em 1773. A partir de então, a região ganha em importância e relevância, pois:

Em pouco tempo, Porto Alegre tornou-se uma peça chave na administração e defesa territoriais e na circulação de homens e mercadorias entre Rio Grande e Rio Pardo, entre o Atlântico e o interior do Continente. Constitui-se, dessa maneira, como o ponto de comunicação da região com o Rio de Janeiro e Lisboa.<sup>92</sup>

Luciano Costa Gomes, em sua dissertação, indica que Porto Alegre estava dividida em um núcleo urbano e outro rural, sendo que “em ambas as áreas, três quintos dos lares apresentavam escravos (62% para ambos)”<sup>93</sup>. Na parte rural, que detinha as maiores escravarias, devido a lida do campo, predominavam os lavradores ligados às atividades

<sup>89</sup> OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: **II Jornada de História Regional Comparada**. Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005, p.3. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>92</sup> GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.74. 2012.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 89.



agropecuárias, que para além do mercado local, expandiram seus negócios a localidades de fora da capitania, como o Rio de Janeiro, por exemplo, aproveitando-se da posição de entreposto comercial que gozava a região. A parte urbana, por sua vez, concentrava o maior número de escravos, o que indica a importância das atividades vinculadas ao porto. O mesmo autor diz que, no ano de 1802, os escravos representavam 40% dos habitantes, sendo este dado “um forte indicador da consolidação do papel de Porto Alegre como centro administrativo, comercial e logístico no conjunto do Continente do Rio Grande de São Pedro”<sup>94</sup>

Assim como o padrão de pequenos plantéis de escravos identificados por Helen Osório para o Rio Grande do Sul, Luciano Costa Gomes, igualmente, diz que, em Porto Alegre, “a escravidão caracterizava-se por acentuada presença de pequenas escravarias, sendo poucas as com 10 ou mais cativos”<sup>95</sup>.

Conclui-se, portanto, que o tráfico de escravos para Rio Grande do Sul era uma atividade importante para o abastecimento da mão-de-obra escrava, dependendo do tráfico transatlântico operado a partir das capitanias ligadas diretamente aos portos africanos, com predomínio de escravizados africanos, em sua maioria homens, vindos principalmente do Rio de Janeiro, que recebia africanos majoritariamente da região centro ocidental desde o final do século XVIII. A escravidão na capitania gaúcha se mostrou tão relevante como nas principais capitanias da colônia. E é neste contexto que chegaram os africanos e africanas, cujas denominações de procedência se constituem objeto desta reflexão.

---

<sup>94</sup> GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 38. 2012.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p.118.

### 3 - AS DENOMINAÇÕES DE NAÇÃO E PROCEDÊNCIA

As denominações de procedência foram atribuídas aos africanos e africanas escravizadas no contexto do tráfico transatlântico. Segundo João José Reis, essas nomenclaturas:

na maioria das vezes não se referem a termos ênicos, de autoidentidade, e têm origens diversas, seguindo, sem ser exaustivo, os seguintes critérios: 1) nomes de regiões culturais (sobretudo famílias linguísticas) mais amplas, conforme eram conhecidas ou nomeadas pelos comerciantes europeus, “americanos” (no sentido amplo do termo) ou africanos; 2) nomes de feiras e mercados nos sertões africanos onde cativos eram vendidos e comprados; 3) nomes de entidades políticas, que os europeus chamavam de “reinos”, ou cidades-estado; e 4) portos de embarque<sup>96</sup>.

Consideremos, também, os escritos de A. J. R. Russell-Wood, ao dizer que:

Designações identificadoras de escravos apresentavam-se como uma mistura de referências relacionadas ao porto de origem, de referências genéricas ou de termos específicos, vinculados às áreas geográficas de origem, às formas de governo, aos grupos étnicos e à terminologia criada pelos traficantes ou pelas pessoas encarregadas da elaboração dos registros alfandegários, que provavelmente misturavam dois ou mais grupos étnicos em um mesmo grupo (congo), aplicando, assim, uma designação geográfica (por exemplo, o porto de Cabinda) ou estendendo a designação um tanto estreita de nagô ao tratamento de todos os grupos que falavam yorubá<sup>97</sup>.

No Brasil, essas denominações eram usadas pelos vendedores e compradores de escravos “enquanto marcas de comércio ou etiquetas, entendidas como uma descrição, que dava conta de atributos físicos, de qualidades morais e de características culturais e comportamentais”<sup>98</sup>.

Antes do início das explorações portuguesas em costas africanas, a partir do século XV, o conhecimento europeu da geografia africana, como vimos, se limitava à região conhecida como África saariana desde a costa do mediterrâneo. Com a tomada de Ceuta, em 1415, “Portugal conquista uma importante praça comercial, estabelecendo um contato regular com o mundo muçulmano, cujas caravanas mapeiam por terra as cidades que os portugueses vão atingir por mar”<sup>99</sup>, dando início ao seu projeto de expansão marítima rumo

<sup>96</sup> REIS, João José. Entre parentes: nações africanas na cidade da Bahia, século XIX. In: **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica. Salvador-Lisboa: EDUFBA, CHAM**, p. 273-312, 2016, p.277. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21713/1/Salvador-da-Bahia-RI.pdf>. Acesso em: 20\04\2021.

<sup>97</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, n. 12, p. 11-50, 2001, p.12.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>99</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 39.

ao sul da costa atlântica africana. Neste sentido, as primeiras trocas comerciais, o constante conhecimento da até então incógnita costa atlântica e o desenvolvimento do tráfico transatlântico, germinam as primeiras formas de se referenciar e classificar geograficamente a África e os africanos na época moderna. Assim, atentemo-nos agora a compreender como essas designações relacionadas às procedências africanas se configuraram no decorrer dos séculos em que imperou o tráfico transatlântico. Para tanto, este trabalho recorre, inicialmente, à obra **Os Devotos da Cor** (2000) da historiadora Mariza de Carvalho Soares, referencial teórico desta reflexão.

No livro citado, Mariza Soares analisa a identidade dos pretos mina na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, na sua organização em uma congregação de africanos do reino de Maki instalada na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A autora tomou conhecimento desta congregação com a leitura do “Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão e do negro na sociedade atual”, do Arquivo Nacional, no qual identificou os “Estatutos da Congregação dos pretos minas maki no RJ (1786)”.

A fim de entender o surgimento “de uma nova toponímia africana”<sup>100</sup>, Mariza de Carvalho Soares faz referência, em seus escritos, à obra “Crônica dos feitos da Guiné”<sup>101</sup>, publicada em 1841, provavelmente escrita na segunda metade do século XV. Seu autor era um cronista oficial da Coroa Portuguesa que respondia pelo nome de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) que, por sua vez, tinha como principal fonte os relatos de navegadores. A historiadora indica que esta obra “funda, no universo da historiografia contemporânea, as categorias classificatórias da escravaria colonial”<sup>102</sup>. O termo Guiné, um dos primeiros a ser utilizado para se referir à costa atlântica africana, até o século XV correspondia “a uma pequena parte da costa ocidental, situada na altura do paralelo 15°”<sup>103</sup>. No decorrer da expansão portuguesa, contudo, essa territorialidade a qual Guiné correspondia se modifica.

Em 1444, quando os portugueses chegaram em Cantor, atual Senegal, eles teriam alcançado a “terra dos negros” ou Guiné<sup>104</sup>. Neste momento, segundo relatos de navegadores, já existia a noção de divisão entre a “terra dos mouros”(Saara), entendida como branca e islâmica, e a “terra dos negros”, entendida como negra e idólatra<sup>105</sup>. Quando Portugal alcança Angola em 1482, a abrangência da Guiné se estende até esta localidade,

---

<sup>100</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 40.

<sup>101</sup> Ibidem, p.41.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Ibidem.

com destaque para a região da Costa da Mina e as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, na costa ocidental, assim como Congo, Angola e Benguela, na costa centro-ocidental. No século XVI, os pedidos de escravos geralmente eram acrescidos da menção genérica à Guiné, ou seja, poderiam provir de qualquer localidade que estivesse abarcada por essa designação. No entanto, referências mais específicas como Congo, por exemplo, também poderiam aparecer, assim como no oeste africano, onde “já nas últimas décadas do século XV, a Costa da Mina está destacada deste conjunto, garantindo uma existência própria em relação ao restante da costa ocidental”<sup>106</sup>. Ao revisitar a historiografia do tráfico, Mariza Soares identifica “um conjunto de critérios que resultam nas cronologias apresentadas pelos vários autores a respeito do tráfico entre a África e o Brasil”<sup>107</sup>. Destes critérios, é válido destacar o segundo, baseado na diferenciação dos “gentios” ou “nações”:

Essa perspectiva pode ser facilmente identificada nos autores citados pela fartura de nomes e localização de tribos e grupos linguísticos. Apesar do uso corrente, os dois termos não são intercambiáveis. Embora gentios de Angola, do Congo e da Mina sejam também considerados nações, o inverso não acontece. Não existe uma nação de Guiné. À Guiné, um termo da toponímia do século XV, corresponde tão-somente um gentio. O termo cai em desuso e é progressivamente substituído pelo uso do termo nação.<sup>108</sup>

Outro elo comum identificado por Soares entre os autores, diz respeito ao que eles entendiam por procedência dos escravos, relacionado à distribuição espacial dos africanos.

é curioso como todos formulam suas classificações a partir de uma suposta distribuição espacial dos povos africanos. Digo suposta porque na maioria das vezes a referência é a procedência dos escravos (no sentido de portos de embarque). Este enfoque ignora os deslocamentos populacionais e os possíveis rearranjos por que passam esses povos ao longo de cinco séculos de guerra e escravidão.<sup>109</sup>

Podemos verificar este problema identificado por Mariza Soares no exemplo fornecido por Jaime Rodrigues, já referenciado neste trabalho, quando autor explica que os africanos Ochar, Dadah e Ogobee, despachados a partir do porto de Cabinda, poderiam provir de reinos distantes como Oyo, em relação à segunda, ou de territórios islamizados ao norte do continente, em relação ao terceiro, por exemplo. Deste modo, esta “suposta distribuição espacial dos povos africanos” poderia não abarcar a real origem dessas pessoas.

Na medida em que “os critérios para diferenciação das populações africanas escravizadas começam a ser gestados nos primeiros anos da chegada dos portugueses à

---

<sup>106</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 52.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>109</sup> Ibidem

Guiné”<sup>110</sup>, uma das formas de se reconhecer essa diferenciação, isto é, as nomenclaturas utilizadas para indicar a origem dos africanos, é recorrer aos assentos de batismo ou livros paroquiais. Visto que as designações de procedência se modificam ou se atualizam no decorrer dos séculos, naturalmente essas mudanças aparecem nesses documentos, pois:

é no momento de fazer o assento de batismo que se imprime nos escravos africanos a marca de sua procedência. O batismo não apenas insere os gentios no mundo cristão mas também no mundo colonial. E o faz não apenas na condição de escravo, mas como membro de grupos específicos, fazendo surgir daí, mais que uma simples nomenclatura, um verdadeiro sistema de classificação, a ser utilizado nas mais variadas circunstâncias.<sup>111</sup>

Nos assentos de batismo os escravos eram classificados em dois grandes grupos, a saber: o primeiro correspondia aos nascidos “no âmbito da sociedade colonial”, diferenciados com base no critério de cor (preto, pardo); o segundo reunia os escravos nascidos na África, diferenciados com base no critério de nação/procedência (guiné, angola, mina, etc). Sobre este último grupo, Mariza Soares indica a convivência de dois sistemas de classificação: o primeiro nomeia “os povos *gentios* a serem catequizados”<sup>112</sup> e o segundo nomeia “as diferentes *nações* com as quais os portugueses se relacionam no processo da expansão colonial”<sup>113</sup>. O termo nação foi frequentemente utilizado durante todo o período do tráfico, do século XV ao XIX. Por sua vez, o termo gentio “é aplicado a universos de amplitude variável ao longo do tempo, caindo em desuso ainda no século XVIII”<sup>114</sup>. Esses termos eram utilizados a partir de expressões como “do gentio de...” ou “de nação...”, sendo que o termo Guiné é sempre associado a um gentio e nunca a uma nação, ao contrário de, por exemplo, Angola e Mina, que poderiam ser designadas como nação ou gentil. Sobre os significados desses dois termos, Soares afirma:

A palavra gentio está associada às gentes, sendo, *grosso modo*, sinônimo de pagão, infiel, étnico. Essas designações identificam povos que, à diferença dos cristãos e judeus, seguem a chamada lei natural. Numa análise mais detalhada, entretanto, estabelece-se uma diferença entre gentio e pagão. O gentio é aquele que não crê na religião revelada, enquanto o pagão é o que segue uma religião de conotação mitológica e idólatra. O termo gentio tem uma utilização que se atém ao discurso religioso e, nas conquistas, está associado à conversão e à catequese. A palavra nação, por sua vez, diz respeito à “gente de um país ou região, que tem língua, leis e governo à parte”, podendo ser assim considerados portugueses, franceses e judeus. O termo é aplicado ainda à raça, casta e espécie. Nesse sentido diz respeito a povos que podem ser gentios, ou não, mas cujo reconhecimento se dá pela

<sup>110</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, .95.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>113</sup> Ibidem

<sup>114</sup> Ibidem, p. 103.

possibilidade de partilhar um território associado a interesses, costumes e, frequentemente, uma língua comum<sup>115</sup>.

Ao concluir esta questão sobre os termos nação e gentio, que corriqueiramente aparecem nas listagem de batismos, Mariza Soares indica que eles:

não correspondem, necessariamente, a um grupo étnico, podendo ser resultado da reunião de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto (no caso dos africanos) ou reunidos num mesmo aldeamento missionário (no caso dos indígenas).<sup>116</sup>

Nos séculos em que o tráfico transatlântico funcionou, as designações genéricas foram dando espaço a nomenclaturas mais diversificadas, igualmente genéricas, e na medida em que o volume do tráfico foi aumentando, essas modificações “atendiam melhor às exigências do tráfico”<sup>117</sup>. Na mesma direção, João José Reis indica que, por exemplo, na Bahia do final do século XVIII e início do XIX, a “já considerável população africana cresceu ainda mais, e os novos escravos vinham em número cada vez maior de novas “nações”, como se denominavam os grupos étnicos da África reconstituídos na Bahia”<sup>118</sup>.

### 3.1 - ORIGENS

Na medida em que este trabalho busca entender como as informações de nação e procedência podem indicar possíveis origens de africanos e africanas, é importante explicar o que a noção de “origem” representa.

Mariza Soares indica que o primeiro autor a utilizar a palavra procedência foi Nina Rodrigues em seu livro “Os africanos no Brasil”, no esforço de identificar a origem da população africana. Neste sentido, sabendo da dificuldade de reconstituir as trajetórias africanas no processo diaspórico, os estudiosos dessa temática recorreram aos elementos ou traços culturais, a fim de identificar “similaridades culturais”, a partir da comparação de um grupo de escravizados nas américas com um grupo de africanos do outro lado atlântico, a fim de estabelecer “nexos entre as culturas africanas e sua perpetuação no Novo Mundo”<sup>119</sup>, dando atenção especial à pesquisa sobre religião, feitiçaria e cultura material, no intuito de

<sup>115</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 103.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>118</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.307

<sup>119</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 114.

verificar “traços originais da cultura africana”. Mariza Soares identifica um problema nesse tipo de abordagem.

Ao identificar os grupos africanos na América através da comparação de traços entre esses grupos e as sociedades africanas, os autores culturalistas partem do pressuposto de que um grupo étnico se define em função de traços culturais que atuam no conjunto da sociedade, como entidades discretas que podem ser subtraídas ou acrescidas, sem com isso afetar o conjunto das relações que formam a unidade do grupo. Por outro lado, essas permanências assumem uma existência quase ontológica, sem considerar as condições e as transformações por que passam segmentos de grupos étnicos "trasplantados", de forma violenta, de um continente para o outro.<sup>120</sup>

Desta forma, essas "transformações por que passam segmentos de grupos étnicos transplantados" referidas por Mariza, vão ao encontro do que fala João José Reis, em seus escritos.

As “sobrevivências” comportamentais, ideológicas, religiosas etc. porventura encontradas - e elas foram muitas na Bahia, por exemplo - não foram em geral integrais, podiam ter muito de seus sentidos transformados ou enriquecidos, e resultaram de escolhas específicas dos africanos, escolhas orientadas por critérios de importância ritual e simbólica, funcionalidade e eficácia na organização da vida comunitária sob a escravidão. Foi essa a experiência baiana do islamismo durante algum tempo e a do candomblé, num tempo mais longo, que se projeta até nossos dias.<sup>121</sup>

Assim, há de se considerar as transformações e a ressignificação dos traços originais de uma cultura ancestral, processo pelo qual passaram, de diferentes maneiras, os africanos aqui escravizados, para a partir daí, iniciar um trabalho que busque por origens de africanos. Neste sentido, a noção de grupo de procedência, segundo Mariza Soares, “busca sustentação no conceito de grupo étnico, o que coloca a análise no campo das relações sociais e da cultura”<sup>122</sup>.

Ao buscar referências para entender a relação entre cultura e identificação étnica, Mariza Soares recorre à antropologia, mais especificamente ao trabalho do mexicano Alberto Bartolomé, que por sua vez, indica que “embora tenda a refletir normas culturais de uma dada sociedade, uma identidade coletiva não depende exclusivamente delas para existir”<sup>123</sup>. Assim,

mesmo que uma identidade étnica se expresse através de uma imagem do passado, ela está referida ao estado presente de uma tradição. A cultura é um dos atributos

<sup>120</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 114.

<sup>121</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.311.

<sup>122</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 115.

<sup>123</sup> Ibidem

que compõem a identidade mas não é a identidade em si mesma por isso, esses atributos podem mudar sem levar à perda da identidade.<sup>124</sup>

Neste sentido, ao tentar entender a diferença entre nações e grupos étnicos, Mariza Soares diz que:

Mesmo tendo um componente cultural, a “nação” é atribuída aos escravos pelos agentes colonizadores (Estado, comerciantes, Igreja) e definida no quadro do Império português. Só a partir daí é incorporada pelo grupo.<sup>125</sup>

Por fim, ao propor uma noção de grupo de procedência, a autora conclui:

Esta noção, embora não elimine a importância da organização social e as culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada<sup>126</sup>.

Essa “reorganização no ponto de chegada” era variada, dependendo da localidade e do contexto histórico, assim, os significados das designações e grupos de procedência eram mutáveis ao longo dos séculos. Mariza Soares usa a expressão “configurações étnicas em permanente processo de redefinição”. Desta forma, João José Reis afirma:

Os escravos africanos fizeram de muitos aspectos de seu passado um instrumento de identidade coletiva e transformação social. Essa identidade se constituía cotidianamente pela interação entre pessoas da mesma nação, que lançavam mão de um universo simbólico e institucional comum - muito dele “descoberto” como comum no Brasil - para estabelecer fronteiras grupais. Os africanos se recusavam a ser tratados como um conjunto homogêneo e indiferenciado de seres humanos, porque seres humanos não são assim. Cada um tinha uma história própria que fundamentava e fortalecia a identificação grupal no exílio, mas aqui as fronteiras identitárias foram ampliadas, congregando grupos diversos em novas nações africanas.<sup>127</sup>

Na medida em que os grupos de procedência estavam ligados às novas formas de organização identitária dos africanos no Brasil, como então “reconhecer os almejados grupos étnicos?”<sup>128</sup>, questionou Mariza Soares. Antes de apresentar a sua conclusão, é válido incluir João José Reis na construção deste raciocínio, pois o mesmo diz que “as nações tinham suas genealogias enraizadas em regiões específicas na África, onde se nutriam de elementos culturais àqueles que sob elas se abrigavam”<sup>129</sup>. Assim, esses “elementos culturais” referidos por João José Reis se assemelham às “formas culturais” referidas por Mariza Soares, quando a mesma cita o antropólogo João Pacheco, o qual afirma que: “as unidades sociais

<sup>124</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p.116.

<sup>125</sup> Ibidem

<sup>126</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.311.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 311.

<sup>128</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 118.

<sup>129</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.311



abandonam velhas formas culturais, recebem (e relembram) algumas de outras sociedades e ainda criam formas novas e distintas”<sup>130</sup>. Assim, segundo Soares, é a partir dessas “formas culturais” em constante transformação que “o conceito de grupo étnico se coaduna”<sup>131</sup>. Desta forma, a autora conclui:

Vem daí a dificuldade para reconhecer um grupo étnico: já não é mais possível arrolar “traços culturais” e sair em busca de suas sobrevivências, como no passado. Inseridos numa dada situação histórica, os grupos étnicos engendram diferentes respostas às novas condições a que são submetidos.<sup>132</sup>

Ao citar o exemplo da Revolta dos Malês, por exemplo, João José Reis argumenta que:

Entre os rebeldes de 1835 não se encontravam apenas religiosos fervorosos, mas homens com currículo militar nas guerras civis iorubás, indivíduos que, além de terem vivido na paz as tradições próprias de seus povos, vivenciaram a filiação étnica como fenômeno político em seu sentido mais extremo - o da guerra. E a identidade étnica continua a ser, na Bahia, um guia fundamental de organização e dinamismo social e político entre os africanos. Mas não uma identidade transferida para cá em conserva da África. Aqui muitas coisas novas seriam inventadas, entre as quais um parentesco étnico ampliado e associado à noção de nação.<sup>133</sup>

Comparando os dois últimos trechos citados, de Mariza Soares e João José Reis, respectivamente, pode-se entender que a “filiação étnica” ligada à guerra, no caso dos malês, não constituiria uma “sobrevivência” de um “traço cultural”, mas a apropriação de uma característica (guerreira) relacionada ao contexto histórico possivelmente vivenciado no Império de Oyo, que como vimos foi um dos importantes Estados centralizados formados a partir do funcionamento do tráfico. Desta maneira, em África, essa característica não representava uma “filiação étnica”, mas em solo brasileiro sim, no contexto baiano da terceira década do século XIX. Podemos considerar que essa característica vai ao encontro do que diz Mariza Soares, quando a mesma argumenta que “grupos étnicos engendram diferentes respostas às novas condições a que são submetidos”. É claro que essa é uma questão muito mais complexa, mas vale o exercício.

Assim, com base na hipótese de que, em relação aos africanos, “tanto as antigas como as novas formas de sociabilidade são dimensionadas a partir da situação colonial”<sup>134</sup>, Mariza Soares analisa a relação entre grupo de procedência e grupo étnico entre os pretos-minas, no Rio de Janeiro do século XVIII.

<sup>130</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 118.

<sup>131</sup> Ibidem

<sup>132</sup> Ibidem

<sup>133</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 310.

<sup>134</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 119.

Na medida em que a assimilação das identidades impostas no circuito do tráfico pelos africanos, “num franco processo de etnogênese”<sup>135</sup>, foi uma das formas encontradas pelos mesmos para se organizar, resistir e sociabilizar, “congregando grupos diversos em novas nações africanas”<sup>136</sup>, o estudo dessas organizações, especialmente as irmandades, são importantes para o pesquisador que busca refletir sobre as possibilidades de se buscar as origens africanas a partir do estudo de suas designações de nação e procedência. Tal esforço foi realizado por importantes historiadores como João José Reis, Mariza Soares e Mary Karasch. O primeiro, no contexto do recôncavo baiano em 1809, discorre sobre como as irmandades negras vieram a construir um sentimento de identidade e solidariedade coletivas, indicando uma recriação, nos seios das confrarias negras, de identidades étnicas trazidas da África<sup>137</sup>. A segunda, Mariza Soares, como vimos, busca entender a relação entre grupo de procedência e grupo étnico entre os pretos-minas no Rio de Janeiro do século XVIII, a partir de uma congregação de africanos do reino de Maki presente na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Mary Karasch, por sua vez, estudou as irmandades de pretos e pardos<sup>138</sup> e refletiu sobre suas origens e identidade étnica e racial.

### 3.2 - PROCEDÊNCIAS AFRICANAS EM PORTO ALEGRE

A tabela a seguir foi desenvolvida a partir da pesquisa em inventários *post-mortem* disponíveis e catalogados no projeto *Documentos da Escravidão* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES). A análise foi feita a partir de 60 processos que forneceram as informações de origem e procedência, contempladas no recorte temporal desta pesquisa.

---

<sup>135</sup> REIS, João José. Entre parentes: nações africanas na cidade da Bahia, século XIX. **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica. Salvador-Lisboa: EDUFBA, CHAM**, p. 273-312, 2016, p.277. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21713/1/Salvador-da-Bahia-RI.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.

<sup>136</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 311.

<sup>137</sup> REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996, p. 4.

<sup>138</sup> KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, v. 15, n. 2, p. 257-283, 2010.

Tabela 1 - Origens Africanas em Porto Alegre (1800-1819)

<b>REGIÃO AFRICANA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>% DO TOTAL</b>
<b>África Central Atlântica</b>		
Benguela	164	22,1
Congo	91	12,3
Angola	91	12,3
Rebolo	49	6,6
cassange	28	3,7
cabinda	21	2,8
monjolo	17	2,3
cabundá/camundá	11	1,4
ganguela	11	1,4
quissamá	1	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>65,4</b>
<b>África Ocidental</b>		
mina	82	11
hauçá	4	0,5
calabar	3	0,4
são tomé	2	0,2
cabo verde	1	0,1
nagô	1	0,1
benin	1	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>12,8</b>
<b>África Oriental</b>		
Moçambique	8	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
<b>Região desconhecida</b>		
guiné	28	3,7
da costa	121	16,3
mussumbe	1	0,1
mucongo	1	0,1
gungá	1	0,1
mocambo	1	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>20,6</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>739</b>	<b>100</b>

Fonte: APERS: Catálogos de Inventários post-mortem do projeto Documentos da Escravidão no RS, v.1.

Esta listagem foi inspirada na tabela feita por Grazielle Corso em seu trabalho de conclusão de curso de 2013 (UFRGS), onde a autora também analisa os inventários *post-mortem* disponíveis no APERS, mas com o objetivo de compreender como se configurou a escravidão em Porto Alegre entre a primeira e segunda proibição do tráfico (1831\1850). Assim, na medida em que esta pesquisa busca entender como as informações de nação e procedência podem indicar possíveis origens, a partir da análise dessas designações em inventários *post-mortem*, pode-se concluir que, neste sentido, o uso desta fonte é importante para entender o circuito do tráfico, no que diz respeito à dependência ao tráfico transatlântico, operado a partir, principalmente, do porto do Rio de Janeiro, cujo qual, a partir de fins do século XVIII, importava grande parte de seus escravos da região Congo-angolana.

Neste sentido, os dados apresentados nesta tabela, referentes às designações de procedência da população escrava porto-alegrense, concordam com as informações referentes ao tráfico apresentados por Berute, pois a maioria das designações referenciadas na tabela desta pesquisa indicam a prevalência da região da África Central, com percentual de 65,4%, seguida pela África Ocidental com 12,8% e a África Oriental somando aproximadamente 1%. As designações de nação e procedência em que não foi possível identificar a região africana de origem representam 20,6% do total. Na medida em que o problema de pesquisa deste trabalho não é de cunho quantitativo e sim qualitativo, essas questões não serão aprofundadas.

Ao conversar com a orientadora desta pesquisa, professora Regina Xavier, sobre as possibilidades do uso de inventários *post-mortem*, a mesma disse que para os meus objetivos esta seria uma fonte “dura”. De imediato não compreendi muito bem, mas ao final desta pesquisa, concordo com tal afirmação, pois as informações de procedência nos inventários não revelam algum tipo de organização relacionada à apropriação das designações de procedência pelos africanos. Buscar essas organizações no Rio Grande do Sul talvez seja tarefa árdua, pois o contexto da diáspora neste estado foi muito diferente em relação às regiões ligadas diretamente ao tráfico transatlântico, como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo. No entanto, a fim de instigar futuras pesquisas, cito abaixo um trecho do livro **O Alufá Rufino**, em que os autores indicam que os minas forjaram comunidades étnicas consideráveis na região.

Ainda que faltem investigações mais sistemáticas, dados recentemente levantados demonstram que, ao longo do século XIX, os minas forjaram comunidades étnicas consideráveis na região, especialmente em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. É o

que revelam os registros de alforrias. Dos africanos alforriados em Pelotas entre 1832 e 1849, os minas em geral, somados àqueles especificamente listados como nagôs, representavam 41,5%. Na cidade de Rio Grande, a proporção de alforrias obtidas pelos escravos oeste africanos (listados como minas, nagôs, haussás, jejes etc.) cresceu de 15,8% para 56, 7% entre 1810-30 e 1831-50, enquanto sua presença na população escravizada progrediu apenas de 11,2% para 22%. Sobre Porto Alegre, uma contagem das alforrias conquistadas entre 1748 e 1788 favoreceu 932 escravos da África Ocidental, 1099 da África Centro-Ocidental (angolas, congos, etc.) e 68 da África Oriental (quase todos moçambiques). Considerando que os primeiros eram em bem menor número entre os escravos, conclui-se que se desempenharam muito bem na corrida pela liberdade.<sup>139</sup>

Entre os africanos ocidentais, ao menos nesta tabela, os minas são maioria. No cômputo total, representam 11% das procedências encontradas.

---

<sup>139</sup> REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 - c.1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.53.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As designações de procedência, portanto, são elementos importantes que ligam, de alguma forma, os africanos e africanas escravizadas no Brasil ao seu continente original. No entanto, na medida em que essas atribuições foram impostas, elas não representam uma raiz original daquelas pessoas. Como vimos, uma das formas que a historiografia brasileira encontrou para buscar essa origem africana foi a partir das análises das organizações negras, principalmente religiosas, onde a identidade atribuída foi assimilada e ressignificada, como forma de resistência e sociabilização.

A noção de origem e identidade étnica está ligada à cultura, no entanto, uma cultura não constitui uma identidade étnica. Esta última, é formada a partir de elementos culturais (em constante transformação) diversos, podendo ser uma característica relacionada à sociedade original, ou características culturais novas criadas ou ressignificadas no Brasil. Mesmo sendo diversos entre si, os africanos e africanas de diferentes etnias foram agrupados em uma mesma designação genérica.

Desta forma, as informações de procedência na fonte inventário post-mortem não revelam essas organizações, sendo difícil para o pesquisador refletir sobre os elementos culturais criados e ressignificados. Porém, para entender sobre o circuito do tráfico e a população escrava, este é um documento importante. Neste sentido, como vimos, o Rio Grande do Sul era dependente do tráfico transatlântico operado a partir do Rio de Janeiro, principalmente, que por sua vez, recebia escravizados traficados, em sua maioria, da região angolana.

A construção deste trabalho, portanto, teve como base obras importantes sobre organizações africanas no Rio de Janeiro e Bahia, porém o contexto gaúcho da escravidão não era o mesmo dessas localidades, na medida em que Salvador e Rio de Janeiro mantinham relações diretas com as regiões africanas que despachavam escravos, sendo que nessas localidades os africanos eram maioria no cômputo da escravaria. Ainda sim, cabe o esforço, pois neste estado, a cultura afro-gaúcha é muito relevante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2012

BARROS, José D.'Assunção. História serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. **Revista de C. Humanas**, v. 11, n. 1, p. 163-172, 2011.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

CORSO, Grazielle. **Tráfico ilegal de escravos e características da escravidão em Porto Alegre (1831-1850)**. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.37. 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os "negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. **Afro-Ásia**, n. 19-20, 1997.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1996.

\_\_\_\_\_. "Ilhas Crioulas": o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de história**, n. 155, p. 17-41, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (volume I): 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 229-270.

FLORVIL, Tiffany. Traçando rotas e comunidades da diáspora africana. **Afro-Ásia**, n. 46, p. 265-277, 2012.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.74. 2012.

KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, v. 15, n. 2, p. 257-283, 2010.

KÜHN, Fábio. Conexões negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico sul (Rio da Prata, 1730-1752). **Anos 90**, v. 24, n. 45, p. 101-132, 2017.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, n. 9, p. 35-53, 2004.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: **II Jornada de História Regional Comparada**. Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005.

REIS, João José. Entre parentes: nações africanas na cidade da Bahia, século XIX. In: **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador-Lisboa: EDUFBA, CHAM, p. 273-312, 2016.

\_\_\_\_\_. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 68-115, 2014.

\_\_\_\_\_. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 - c.1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

POSSAMAI, Paulo César. O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. **V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007.

RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, n. 12, p. 11-50, 2001.

SILVA, Thamires Silva. **A Colônia de Sacramento na rota da diáspora africana: parentesco fictício e agência cativa nos documentos paroquiais de batismo (1732-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018.



VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades. As relações sociais por trás dos inventários post-mortem. **IN: Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Produzindo história a partir de fontes primárias.** Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 155-181.